

## A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO NORMAL MÉDIO

*João Batista da Silva Santos* (UENF)

[joaosanto.92@gmail.com](mailto:joaosanto.92@gmail.com)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)

[elinaff@gmail.com](mailto:elinaff@gmail.com)

*Luciana da Silva Almeida* (UENF)

[lucy.salmeida@gmail.com](mailto:lucy.salmeida@gmail.com)

*Rysian Lohse Monteiro* (UENF)

[ryslan\\_lohse@hotmail.com](mailto:ryslan_lohse@hotmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar de que forma a educação linguística pode favorecer a futura atuação dos docentes. Assim, acreditamos que a compreensão e apreensão da educação linguística na formação inicial desses docentes favoreceria o trabalho escolar com a disciplina língua portuguesa, pois essa precisa se desvincular do tratamento inadequado, segundo o qual só é recomendável o ensino tradicional. Esse tratamento elege a língua escrita como único modelo recomendável, além de não reconhecer as inúmeras realizações contemporâneas do português brasileiro, procurando neutralizar a variação e controlar a mudança, processo cujo resultado se denomina norma padrão ou língua padrão (FARACO, 2008). Dessa forma, para fazer face a essa equivocada tradição escolar no trabalho com a língua materna, os estudos contemporâneos propõem um trabalho de educação linguística. Para isso, levamos um trabalho de capacitação junto aos professores da escola da rede estadual, localizada em Bom Jesus de Itabapoana do estado do Rio de Janeiro, que oferece curso de formação de professores do normal médio, almejando a produção de conhecimento efetivo na atividade pedagógica de vivência com a língua e com o mundo dos textos.

**Palavras-Chave:** Linguística. Formação de professores. Educação.

### 1. Introdução

Desde os anos 70, a linguística passou a compor o currículo dos cursos de letras, o que propiciou uma reflexão crítica sobre a natureza variacional das línguas entre os futuros professores. A partir de então, os professores passaram a ter condições de orientar sua prática em sala de aula dentro dos critérios científicos. Entretanto, esta intervenção na prática não se efetivou plenamente por conta de outros obstáculos tais como: metodologias e aplicação da linguística não satisfatória nos livros didáticos utilizados, orientação dos currículos para atendimento a exigências de

curso e não para o uso social e funcional da língua, inculcação da gramática ideológica. Estes, a nosso ver, constituem entraves ao desenvolvimento da língua na sua funcionalidade.

A orientação científica dos estudos de linguística, por força dos obstáculos, não se encontra plenamente estabelecida, razão pela qual entendemos que a gramática continua sendo o apoio fundamental da orientação dos programas de línguas, uma vez que se observa que a noção que se procura ter de língua é a de uma estrutura estável, acabada, disponível de maneira uniforme entre todos os falantes.

Assim, nossa proposta tem como ponto de partida o reconhecimento da heterogeneidade linguística como princípio básico para levar os alunos ao desenvolvimento de competências de sua língua. Também os contínuos de monitoração estilística e o de oralidade-letramento oferecem recursos importantes na educação linguística de alunos falantes de dialetos urbanos prestigiados, mas que precisam ampliar competências no domínio das variedades prestigiadas.

## **2. O processo de ensino-aprendizagem**

O processo de ensino-aprendizagem é vivenciado não somente dentro da escola, mas como uma ação que acontece em todo e qualquer setor da sociedade, que se caracteriza como a sociedade do conhecimento, porque a educação formal e a não formal caminham paralelamente e tornam a educação o principal instrumento contra a desigualdade social. “A língua, em suas diversas formas e variantes, é uma entidade viva, dinâmica e é o código utilizado pelo ser humano para se comunicar com seus semelhantes, trocar informações, difundir ideias e conceitos”. (SOUZA, 2007)

Quando relacionamos linguística e pedagogia para fundamentar um projeto de ação na escola, não podemos deixar de lado duas questões essenciais: uma política de língua e uma de leitura. Ambas dizem respeito a duas atividades fundadoras no desenvolvimento do próprio projeto de escola, principalmente quando enfocamos os primeiros anos do ensino fundamental, quando em tese adquire-se, fixa-se e fortalece-se o letramento. Uma política de língua se define como um conjunto de procedimentos coerentes no qual se empreende o esforço de um projeto que elimine, nas propostas curriculares, principalmente as de língua materna, a oposição conflitante entre o normativismo – que via de regra impõe o fa-

lar culto da língua em detrimento das variantes – e o fenômeno variacional de base sociolinguística, que permite fluir o discurso e todas as nuances socioculturais do próprio processo social. Já uma política de leitura, pela mesma via, consiste numa metodologia precisa e necessária que institua o texto na escola numa perspectiva reflexiva. Estas são duas das prerrogativas da escola: preservar e promover as identidades de sujeitos.

Em suma, esse projeto se define a partir das perguntas de princípio, formuladas na raiz do projeto da escola: como devo ensinar a língua e o que devo fazer ler entre os meus alunos e a mim próprio como professor? Estendendo as perguntas, teríamos ainda: o que ensinar? As normas da língua ou o seu uso em contexto? E quanto ao texto? Toda leitura vale a pena? Ainda nesse caso, operamos uma resposta que consiste em sobervalorizar a leitura como atividade fundadora.

### **3. *Como devo ensinar a língua e o que devo fazer ler entre os meus alunos e a mim próprio como professor?***

Entendemos, pois, a leitura na escola como uma atividade de relevância capital, tanto quanto as políticas de línguas. É na língua que se apresentam refletidas as representações e construções de uma sociedade, e onde se dão as relações de poder e dominação, além de consensos, discórdias e transmissões culturais. Assim como “é pela língua que o sujeito constrói seu lugar na sociedade, também é através dela que é excluído”. (SOUZA, 2007)

Devido a constantes inovações, a escola está deixando de ser apenas o local onde se acumulam conhecimentos, que tem no professor o depositário da sabedoria e, no estudo, um fim em si mesmo. A escola passou a ser um ambiente voltado à reflexão e o educador passou a atuar como mediador da aprendizagem, sabendo respeitar e interagir com as diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas do educando.

O uso da escrita desenvolveu a comunicação entre os homens permitindo-lhes remontar as barreiras do tempo na recepção de mensagens, além de ajudar muito no desenvolvimento intelectual do homem. Ademais, seu domínio passou a figurar, socialmente, como prestígio social e instrumento de ascensão profissional. (SOUZA, 2007)

Muitas escolas e professores tradicionais ainda defendem o mito de que “o certo é falar assim porque se escreve assim” (BAGNO, 1999), razão pela qual, os alunos ainda são corrigidos pelos seus professores, por falarem, por exemplo, “bunito” ao invés de “bonito”. Pode-se dizer,

que é um ensino totalmente artificial nas palavras de Marcos Bagno, pois a pronúncia é resultado das forças internas do idioma.

Marcos Bagno (1999) salienta ainda que “a escrita é uma tentativa de representação porque não existe nenhuma outra ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade”. (BAGNO, 1999, p. 54)

É importante ter um discurso condizente com a realidade social, mas a consideração da modalidade linguística que o educando traz de casa é essencial, já que a democracia e a liberdade de expressão devem acontecer desde o espaço escolar e porque por meio dessa linguagem é possível estabelecer a comunicação. Com respeito pela linguagem do aluno, é possível levá-lo a aprimorar-se na variedade linguística valorizada socialmente, o que possibilitará a ele a adequação de uso da linguagem às diversas situações sociais em que precise se manifestar.

Com esse olhar, considerando que a escola tem um importante papel a desenvolver na formação de jovens capazes de trabalhar com múltiplas linguagens e variadas formas de percepção, sabendo fazer uma leitura da realidade nas suas contradições, na sua ambiguidade, deve ser possibilitado a eles a compreensão do conhecimento, estando sempre em construção, onde a ação humana torna-se um movimento constante.

#### **4. Considerações finais**

Entendemos que, através de trabalhos como este, pode se dar um primeiro passo em busca de um trabalho interdisciplinar, incorporando temas e problemas vivenciados pela comunidade escolar. Assim, visando ampliar o potencial dialógico, *universidade/sociedade*, no que se refere à produção contínua de conhecimentos, nossa proposta de projeto se justifica ainda por desejarmos municiar os grupos em questão com um aparato teórico adequado para encaminhamento de solução de problemas concernentes à leitura e ao uso da língua como instituição social que é.

Os resultados que se esperam é de que a escola seja orientada através de assessoria, consultorias e desenvolvimento de programas e projetos visando a discussão, planejamento e implementação de metodologias específicas no campo dos usos sociais da linguagem com vistas à formação cidadã de jovens e crianças bem como à formação continuada de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

SOUZA, Antônio Escandiel de. A diversidade linguística no contexto escolar. *Linguagens & Cidadania*, vol. 9, n. 1, jan./jun., 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/download/28299/15992>>.